O GLOBO
Publicado em 04/05/2024 - 05:57

Moraes manda soltar Cid e mantém acordo de delação

ACORDO PRESERVADO

Moraes mantém delação, solta Cid e dá fôlego a investigações que pressionam Bolsonaro

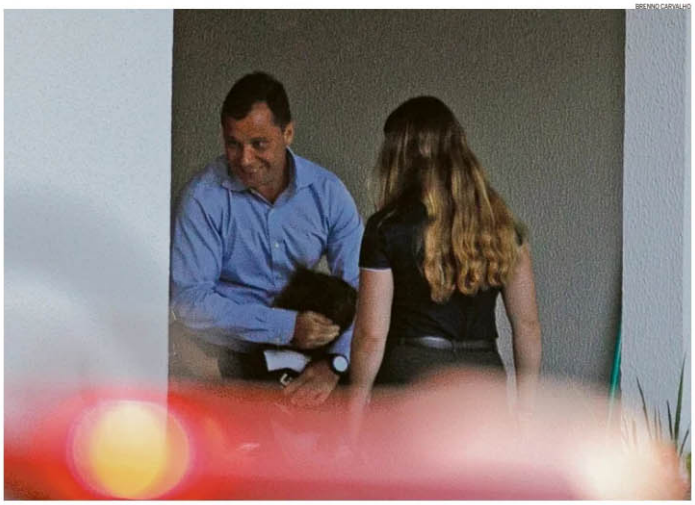
EDUARDO GONÇALVES
E DANIEL GULLINO
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes decidiu manter a "integralidade" do acordo de delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, além de mandar soltar ontem o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro. A determinação do magistrado dá fôlego às investigações contra o ex-presidente, entre elas a que apura uma suposta trama golpista arquitetada em 2022. Recebido ontem à tarde pela família na saída do batalhão do Exército em Brasília, onde estava preso desde 22 de março, Cid é peça-chave em outras duas frentes, nas quais colabora como delator: a falsificação de carteira de vacinação de Bolsonaro e o desvio de joias do acervo presidencial.

Antes de ficar em reclusão, o militar havia criticado a condução do processo de delação pela Polícia Federal (PF) e pelo STF, em áudios vazados e publicados pela revista "Veja". Isso motivou o decreto de prisão preventiva contra ele, sob o argumento de embaraço das investigações e violação do sigilo do acordo.

Na sentença de ontem, Moraes tratou sobre a postura de Cid — segundo a defesa ele estava "arrependido" —, e registrou que outros depoimentos esclareceram a legalidade do acordo de colaboração.

"Foram reafirmadas a regularidade, legalidade, adequação dos benefícios pactuados e dos resultados da colaboração à exigência legal e a voluntariedade da manifestação de vontade", escreveu Moraes, atendendo às manifestações da Procuradoria-Geral da República e da defesa de Cid.



BRENNO CARVALHO

Mudança de fase. Cid é recebido pela família após o ministro Alexandre de Moraes, do STF, lhe conceder liberdade provisória e manter válida a sua delação

'DESABAFO'

Em seu parecer, a PGR destacou que Cid prestou "novos depoimentos com informações complementares" sobre os áudios. Ao STF, Cid disse que não houve coação da parte da PF, refutando assim a postura assumida nos áudios, confirmou todo o teor da sua delação e explicou que fez apenas um "desabafo".

"Nessas circunstâncias, reduz-se a percepção de risco para instrução criminal e para a aplicação da lei penal", registrou o Ministério Público, ao se manifestar pela soltura e manutenção do acordo de delação.

Ontem, a defesa do tenente-coronel reconheceu que Cid estava arrependido pelo uso de expressões em conversas privadas. Os advogados também o orientaram a não utilizar mais o celular para conversar com amigos.

Nos "desabafos" registrados em áudio, o militar chegou a dizer que os policiais queriam que ele falasse coisas sobre as quais não sabia e não tinham acontecido. Ele também havia dito que "Alexandre de Moraes é a lei. Ele prende, ele solta, quando ele quiser, como ele quiser".

— O Cid tem muitos amigos. E, como ele estava preso, começou a receber vários telefonemas. Ele nem sabe com quem ele falou. O Cid tem três ou quatro amigos mais próximos, da carreira dele. Ele desabafou, chorou, e alguém deles ligou para outros amigos — afirmou o advogado Cezar Bitencourt. — É provável que (os áudios) saíram (do círculo de amigos dele). Eu falei para ele: "não há ninguém a seu favor, mas também o mundo não está contra você". Na circunstância, celular é um inferno, ele fala com um, depois fala com outro, e aí vira um pandemônio. Foi isso que levou a isso — complementou.

Em um dos depoimentos à PF, Cid deu o nome das pessoas com quem ele conversou no dia em que teve as conversas gravadas.

Na decisão de ontem, Moraes manteve as medidas cautelares já decretadas em setembro. Embora esteja em liberdade, ele será obrigado a usar tornozeleira, se recolher à noite e não sair do Distrito Federal sem autorização da Justiça.

A defesa de Cid também disse que o militar pediu aos seus superiores para que o nome dele fosse retirado da lista de promoção à qual ele teria direito por tempo de serviço no Exército. Segundo os advogados, o objetivo é fazer com que a ascensão na carreira militar seja avaliada depois do término das investigações.

A principal contribuição do acordo de Cid foi o relato sobre a tentativa de Bolsonaro de se manter no poder após a derrota nas eleições presidenciais. O tenente-coronel revelou que o ex-presidente apresentou aos comandantes das Forças Armadas uma proposta de intervenção militar, mas disse que apenas o então chefe da Marinha, Almir Garnier, teria concordado com a medida. O documento apresentado teria sido escrito pelo ex-assessor Filipe Martins.

Esse ponto da delação foi comprovado depois por outros depoimentos, como dos ex-comandantes Marco Antônio Freire Gomes (Exército) e Carlos de Almeida Baptista Júnior (Aeronáutica). Também houve uma corroboração por evidências documentais, como áudios e documentos encontrados pela PF no celular e no computador de Cid.

CARTÃO DE VACINAS AVANÇA

Já a investigação mais avançada é a que envolve um suposto esquema de fraude em cartões de vacina. Em março, a PF indiciou Bolsonaro, Cid e outras 15 pessoas. A PGR pediu, contudo, uma continuidade das investigações antes de analisar uma eventual denúncia. No relatório de indiciamento, os investigadores citam que Cid afirmou que Bolsonaro ordenou que o ajudante inserisse os dados dele e de sua família.

"O presidente, após saber que o colaborador (Mauro Cid) possuía os cartões de vacina para si e sua família, solicitou que o colaborador fizesse para ele também; que o ex-presidente deu a ordem para fazer os cartões dele e da sua filha, Laura Bolsonaro; que o colaborador solicitou a Ailton (Barros, militar reformado) que fizesse os cartões; que o colaborador confirma que pediu os cartões do ex-presidente e sua filha Laura Bolsonaro sob determinação do ex-presidente Jair Bolsonaro e que imprimiu os certificados", relatou a PF.

O tenente-coronel ainda contribuiu na investigação sobre um possível esquema de venda de joias e presentes recebidos pela Presidência. Na semana passada, enquanto estava preso, Cid foi à PF para tirar dúvidas de investigadores sobre o caso.

De acordo com as investigações, auxiliares de Bolsonaro venderam ou tentaram comercializar ao menos quatro itens, sendo dois entregues pela Arábia Saudita e dois pelo Bahrein. A venda de parte deles teria ocorrido nos Estados Unidos, com a participação de Cid.

BRENNO CARVALHO/19-09-2023

Na delação. Bolsonaro foi implicado em pelo menos três inquéritos

UM ANO DE IDAS E VINDAS

3 de maio de 2023
Cid é preso por envolvimento no esquema de falsificação de cartões de vacinação, incluindo os de Bolsonaro e da filha caçula do ex-presidente.

9 de setembro de 2023
Cid fecha acordo de delação premiada com a Polícia Federal, que é homologado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF. O magistrado também concede liberdade provisória a Cid.

9 de setembro de 2023
Cid deixa o Batalhão do Exército em Brasília.

21 de março de 2024
Áudios em que Cid diz ter sido pressionado pela PF nos depoimentos e nos quais faz críticas a Moraes são divulgados pela revista "Veja". A defesa do militar diz que as gravações revelam um "desabafo".

22 de março de 2024
Após depor na PF sobre áudios vazados e afirmar que não foi pressionado, Cid volta a ser preso por descumprimento de medidas cautelares e obstrução de Justiça.

3 de maio de 2024
Moraes decide conceder nova liberdade provisória a Cid, sob cumprimento de medidas cautelares, e resolve manter integralmente a delação premiada firmada com a PF.

EDITORIA DE ARTE

TSE rejeita recurso de ex-presidente

> O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou um recurso apresentado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e pelo ex-ministro Walter Braga Netto (PL) e manteve a decisão que os condenou por abuso nas comemorações do bicentenário da Independência, no Sete de Setembro de 2022. Com isso, a inelegibilidade dos dois por oito anos fica mantida.

> Bolsonaro e Braga Netto ainda podem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). O TSE considerou que os dois cometeram abuso de poder político e econômico, ao misturar o evento oficial com um ato de campanha.

> No julgamento, realizado no plenário virtual, os sete ministros votaram para rejeitar os embargos de declaração, recurso utilizado para esclarecer pontos de uma decisão. Foram contrários inclusive Raul Araújo e Nunes Marques que, em outubro, haviam defendido, respectivamente, a rejeição da ação e a aplicação de uma multa. (*Daniel Gullino*)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.